

**ANTE O VASTO CÉU ESTRELADO E O ENIGMA DA FRONTEIRA  
O engenheiro Miguel Ângelo Blasco e o episódio do rio Ibicuí (1758-59)**

MILLENA SOUZA FARIAS\*

**Resumo**

O presente trabalho visa descrever e problematizar um dos diversos conflitos de soberania que ocorreram entre Portugal e Espanha sobre suas fronteiras na América Meridional, a partir da análise do códice *Notta dos papeis, q. vao no masso junto, feitos pelo Coronel de Blasco [...], em resposta as questoes novam.<sup>te</sup> sucitadas do S. Marquez de Valde Lirios, e seus geographos,[...] de 1758*; de autoria do coronel engenheiro Miguel Ângelo Blasco e outros. Pretendemos explorar a postura da política portuguesa na primeira metade do século XVIII, e sua preocupação sobre seus domínios na América Meridional. Com o devido aporte bibliográfico procuraremos demonstrar como o constante processo de expansão territorial no período colonial estava vinculado a dois aspectos definidores: o científico, que circunscrevia o espaço através dos conhecimentos das ciências de precisão – matemática, engenharia, astronomia e cartografia –; e o político, que legitimava a posse a partir de relações de poder.

**Palavras-chave:** Brasil Colônia; Tratado de Madrid; Território; Fronteira.

**Abstract**

This paper aims to describe and discuss one of the many conflicts of sovereignty that occurred between Portugal and Spain on its borders in South America, through the analysis of the codex *Notta dos papeis, q. vao no masso junto, feitos pelo Coronel de Blasco [...], em resposta as questoes novam.<sup>te</sup> sucitadas do S. Marquez de Valde Lirios, e seus geographos,[...] de 1758*; authored by Colonel engineer Miguel Ângelo Blasco and others. We intend to explore the stance of Portuguese politics in the first half of the eighteenth century, in relation to a growing concern about the overseas possessions situated in America. We will try to demonstrate how the constant process of territorial expansion in the colonial period was linked to two crucial aspects: the scientific, that wants circumscribe the territorial space through the sciences of precision - mathematics, engineering, astronomy and cartography -, and the political, which legitimized the portuguese and the spanish

---

\* Mestranda e Bolsista do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense (UFF/CNPQ)

possessions in America.

**Keywords:** Colonial Brazil; Treaty of Madrid; Territory; Boundaries.

## Introdução

É geralmente aceita a afirmação de que Portugal permaneceu no obscurantismo científico até a segunda metade do século XVIII quando ocorreram uma série de reformas institucionais e políticas, principalmente no período das Reformas Pombalinas.<sup>1</sup> A condição periférica da cultura científica em Portugal era muitas vezes fundamentada pelo fato de que a Filosofia que se ensinava ainda mantinha alguma influência da Escolástica, onde se pregavam os dogmas impregnados de um discurso peripatético e, que ainda utilizava um modelo cosmológico embasado nas teorias ptolomaicas.<sup>2</sup>

Um argumento constantemente utilizado para se justificar a ideia de que se vivia num ambiente de “ignorância e estagnação científico-cultural” foi o fato das obras de Newton, Gassendi, Galileu, entre outros autores, estarem oficialmente interditas ao ensino no Colégio das Artes, no período anterior às Reformas Pombalinas. No entanto, os estudos feito por Rómulo de Carvalho nas décadas de 80 e 90, sobre a atividade científica e pedagógica ocorrida nos Colégios das Artes (Coimbra), e de Santo Antão (Lisboa), na Universidade de Évora (ao longo dos séculos XVII e XVIII até ao ano de 1759), bem como no Colégio dos Oratorianos, na Casa das Necessidades (Lisboa), permite nos depreender que a situação do ensino das ciências – física matemática, astronomia, entre outras – não foi assim tão irrisória antes da Reforma Pombalina, como pretenderam afirmar os mais empenhados defensores do atraso português.<sup>3</sup>

<sup>1</sup> A discussão sobre o obscurantismo em Portugal até as Reformas Pombalinas pode ser observada nas obras de: Mário Augusto da SILVA. *A actividade científica dos primeiros directores do gabinete de Física que a reforma pombalina criou em Coimbra em 1772*. Revista da Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra. 1940, vol. IX; nº1. e, Rómulo de CARVALHO. *A física experimental em Portugal no século XVIII*. Lisboa, Instituto da Cultura e Língua Portuguesa, 1982.

<sup>2</sup> O sistema cosmológico de Ptolomeu, produzido no século II, apesar das limitações de seu tempo, é o sistema que ainda serve de parâmetros para alguns cientistas no século XVIII. No entanto, em alguns casos, outros modelos eram adotados, como por exemplo, o de Tycho Brahe utilizado pela Companhia de Jesus. Brahe, abandonando a tradição ptolomaica, acredita que o progresso da ciência astronômica poderia ser obtido, não com observações fortuitas, mas sim com observações sistemáticas e rigorosas, noite após noite, com o uso de instrumentos que fossem os mais precisos possível. Assim, o modelo de Brahe, geo-heliocêntrico, não rompia ainda com a tradição escolástica do modelo aristotélicos e, por isso, foi adotado pelos jesuítas.

<sup>3</sup> Dentre as obras de Carvalho, destacamos: *A actividade pedagógica da Academia das Ciências de Lisboa nos*

Pretendemos demonstrar aqui é que, em grande medida, essa é uma visão de um olhar datado sobre a situação política de Portugal na virada do séc. XVII para o XVIII, devido à instabilidade política que desencadeou-se no período pós-Restauração. Cotejando esta conjuntura política com as tensões político diplomáticas entre Portugal e Espanha no século XVIII, vamos adentrar no episódio que contempla os acontecimentos do códice *Notta dos papeis, q vão no masso junto, feito pelo Coronel de Blasco... em resposta ás questoes novam.te sucitadas do S.<sup>nr</sup> Marquêz de ValdeLirios, e seus geographos, a respeito da Demarcação da Primr.<sup>a</sup> Partida, no acto de continuála neste anno de 1758<sup>4</sup>*, o qual apresenta a seguinte problemática: a substituição do nome e, por conseguinte da localização do rio Ibicuy no mapa confeccionado pela parte espanhola da demarcação, sendo este, um dos principais rios a serem usados como limites entre os domínios ibéricos conforme o estabelecido pelo Tratado de Madrid. Assim, veremos como a ciência e a política se assimilam para configurar a fronteira Meridional da América neste recorte do início da segunda metade dos Setecentos.

### **O paradigma do obscurantismo português: Portugal e a renovação científica no governo de D. João V e D. José I**

Lançando um novo olhar sobre a política e a ciência portuguesas na primeira metade dos Setecentos, podemos concordar com Jaime Cortesão, que havia em Portugal na primeira metade dos Setecentos uma demanda por uma cultura científica que até então estava em *suspense* devido às tensões políticas ainda efervescentes.

No governo de D. João V, desenrolou-se em Portugal um processo de “diálogo” com os saberes estrangeiros por meio da contratação de engenheiros, militares, geógrafos, astrônomos, cartógrafos, matemáticos, etc. Este desígnio lusitano visava a renovação dos

---

*séculos XVIII e XIX*. Lisboa, 1979; *A física experimental em Portugal no século XVIII*. Lisboa, Instituto da Cultura e Língua Portuguesa, 1982; e, finalmente, *A Astronomia em Portugal no Século XVIII*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa. Ministério da Educação. Biblioteca Breve: Série Pensamento e Ciência. 1985.

<sup>4</sup> Este documento também encontra-se disponível no acervo digital da Biblioteca Nacional sob a identificação: cart1095063.

métodos de ensino e estudo das ciências experimentais em Portugal. De acordo com o historiador Jaime Cortesão, D. João V, diferentemente do que alguns historiadores contemporâneos afirmam, já possuía certa consciência da situação lusitana em comparação à dos outros centros europeus. Por isso,

D. João V buscou a colaboração dos estrangeiros e dos estrangeirados<sup>5</sup>[...]. Procurou adquirir ele próprio e difundir no seu reino a cultura científica estrangeira e as técnicas do seu tempo, como instrumento indispensável da expansão e da soberania política nas províncias ultramarinas. [...] A ele se deve, em grande parte, a introdução em Portugal dos métodos astronômicos para observar as longitudes; a renovação da escola portuguesa de Cartografia; e o impulso dado ao estudo da Geografia e à formação, em bases científicas, dum novo Atlas do Brasil. (CORTESSÃO: 2006, Tomo I, pp.92)

Essa tendência experimentalista da renovação cultural em Portugal demonstra que D. João V, vislumbrou a enorme importância que a ciência da posição exata, e da geografia em geral, podia assumir na solução dos problemas de delimitação territorial e, conseqüentemente, de soberania política na América ibérica. A contratação desses *homens de ciência* e militares adquiria grande importância para a apreensão geográfica do espaço, principalmente quando a legitimidade da posse territorial era questionada por outra soberania.

É interessante ressaltar aqui que optamos por utilizar o conceito de território sob sua perspectiva mais ampla, formado por três dimensões. Primeiramente, o território é uma construção bélica/militar, ou seja, é conquistado através de um conflito armado. No caso americano, podemos acompanhar esse processo de embate entre “conquistadores” e ameríndios até meados do século XIX. Ao conquistar o espaço, ou subjagam-se os nativos ou expulsam-lhes, obrigando-os a migrar mais e mais para as regiões interioranas. Em segundo lugar, é uma construção jurídica, ou seja, é imposição da soberania que insere e engloba a conquista oficialmente na esfera de dominação política. Por último, em terceiro lugar, o território é uma construção ideológica, pois após o processo de apropriação do espaço e de seus recursos, as populações nativas que permanecerem naquele espaço, terão sob alguma circunstância, de submeter-se à ideologia de seu dominador.

Assim, o geógrafo Antonio Carlos Robert de Moraes, afirma que a colonização em si,

---

<sup>5</sup> Estrangeirado é um termo utilizado para definir o grupo de portugueses e luso-brasileiros que, após estudarem e se formarem em academias e universidades fora de Portugal, retornaram na primeira metade do século XVIII para atuar no processo de renovação científica iniciado por D. João V.

foi um grande processo de expansão que foi motivada sobretudo, por uma lógica mercantil, mas que contribuiu para uma série de intercâmbios culturais, até mesmo, no aspecto científico – o saber nativo foi incorporado ao conhecimento europeu.<sup>6</sup>

Após a introdução do conceito de território, cabe aqui demonstrar como o campo da engenharia militar em Portugal desempenhava um papel ativo na construção territorial de seu império ultramarino. Podemos destacar a atuação do engenheiro militar Manoel de Azevedo Fortes, professor da Academia Militar de Fortificação, fundada em 1647. Fortes, que ensinava Matemática, Fortificação e Castrametação, foi nomeado em 1719 Engenheiro-mor do Reino. Este engenheiro foi o teórico que mais contribuiu para a renovação das técnicas de engenharia e cartografia em Portugal através da publicação de suas duas principais obras: “*Tratado do modo o mais facil e o mais exacto de fazer as cartas geograficas*” (1722) e, “*O Engenheiro Portuguez*” (1728 -29). Ambas as obras foram imprescindíveis para formação do corpo de engenheiros em Portugal na primeira metade dos setecentos, mormente, por possuírem características de manuais, bastante explicativas e repletas de descrições minuciosas sobre os melhores procedimentos a serem adotados para cada caso específico – engenharia ou cartografia.

Os procedimentos que remetem métrica, ou seja, à padronização dos métodos e técnicas de mensuração – cálculos astronômicos, uso de réguas com medidas utilizadas em Paris e em Inglaterra; enfim, todas essas medidas tem por vista legitimar a construção territorial das vastas terras americanas. Contudo, essa construção “científica” era sobretudo política e simbólica. Os conceitos de *uti possidetis* e de *fronteira natural* são inerentes a essa lógica expansionista colonial, à medida que, o fato de um único português conhecer um quinhão de terra com profundidade, já garantia que as referidas terras pertenciam à soberania portuguesa. Pode-se afirmar assim, que o conhecimento legitimava a dominação do espaço, conferindo assim, a sua apropriação por uma soberania na Época Moderna.

Uma tentativa fulcral de inserir Portugal nesta conjuntura científica foi realizada pelo supracitado Engenheiro-mor do reino, Manoel de Azevedo Fortes. Através de “*O Engenheiro Portuguez*”, publicado em 1728. Esta obra destaca-se por apresentar uma nova perspectiva sobre a engenharia, muito disso, fruto da sua própria experiência pessoal. Uma das

---

<sup>6</sup> Antonio Carlos Robert Moraes. Território e História no Brasil. São Paulo: Annablume, 2008.

características relevantes deste livro é o fato de sintetizar com maestria muitas informações de manuais franceses e ingleses da mesma área. O intuito principal de Fortes era possibilitar à formação dos engenheiros da Academia Militar, uma maior facilidade na compreensão das técnicas de desenho, principalmente no referente às plantas de terreno (geográficas), prospectos e plantas de fortificações. Como se pode observar, Fortes afirma:

porém, não é tão fácil saber desenhar uma planta com primor e última perfeição, porque requer gênio particular, boa mão, grande aplicação, e muito exercício; e assim nem todos os Engenheiros podem ser bons desenhadores: porém devem saber as regras para julgar das obras, que se expressam nas plantas, e riscá-las segundo as mesmas regras, ainda que não com tanto primor. (FORTES: 1728-29, Grifo meu)

Além do desejo por promover a padronização das medidas, Fortes também se propõe a descrever técnicas de desenhos topográficos e prospectos à aquarela, a utilização dos instrumentos ideais – réguas, petipés, etc. – para cada tipo de desenho, entre outras noções de engenharia. Somando-se a esta obra prima do gênero de literatura de científica em Portugal na primeira metade do século XVIII, destaca-se igualmente o “*Tratado do modo o mais facil e o mais exacto de fazer as cartas geograficas*”, onde Fortes explica com grande riqueza de detalhes os melhores instrumentos e técnicas para medir e traçar as cartas de acordo com as especificidades do terreno.

Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno, professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP (FAU-USP), em livro recentemente publicado, *Desenho e Desígnio: o Brasil dos Engenheiros Militares (1500-1822)*<sup>7</sup> –, apresenta a importância da obra de Azevedo Fortes. Para Bueno, o intento de um engenheiro português de equiparar a ciência portuguesa à existente nos grandes centros do cenário europeu. Azevedo Fortes pretendia criar bases para a edificação de uma cultura geográfica sólida sob a perspectiva da engenharia portuguesa. Este fator assume extrema relevância para a compreensão da construção do espaço colonial, principalmente após as questões de limites que culminaram na assinatura do Tratado de Madrid em 1750, no de El Pardo, em 1761 e no Tratado de Santo Idelfonso em 1777. A obra de Fortes pode então ser um meio de compreendermos o modo como os engenheiros militares

<sup>7</sup> Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno. *Desenho e Desígnio: O Brasil dos Engenheiros Militares (1500-1822)*. São Paulo: EDUSP, 2012; e Beatriz P. S. Bueno. *Desenho e desígnio: o Brasil dos engenheiros militares (1500-1822)*. Tese de doutoramento apresentada à FAU-USP. São Paulo, 2001.

em Portugal e no ultramar, realizavam os levantamentos topográficos em campo, transmitindo-os para o papel em forma de diários de campo e plantas geográficas, a fim de dar materialidade aos registros reunidos.

Dentre os instrumentos e técnicas que os engenheiros militares costumavam utilizar em trabalhos de campo, Beatriz Bueno sintetiza:

Até fins do século XVIII, o engenheiro saía a campo acompanhado de dois ou três ajudantes que soubessem medir e de um ou mais *picadores de mato*, levando consigo os seguintes instrumentos: prancheta circular moderna (Círculo de Borda ou Teodolito); pedômetro; bússola; balizas com bandeirolas; corda ou corrente de ferro delgada (cadeia); tábua delgada do tamanho e feitura de meia folha de papel para escrever e riscar em campo os *borrões* (esboços); caderneta (caderno de lembrança); lápis estojo de *matemática*; petipé; duas réguas [ou mais] réguas de pinho e barracas para abrigar a comitiva. (BUENO: 2001, p. 111)

Além desses instrumentos básicos, os engenheiros muitas vezes também recorriam ao uso de Quadrantes, Sextantes e Relógios— instrumentos que possuem a mesma lógica funcional: medir a Latitude utilizando uma angulação maior a partir dos dados obtidos no cruzamento entre a observação de uma estrela (ou do Sol), que é o referencial, em relação a linha do horizonte –, e os mais diversos tipos e tamanhos de réguas, pois a preocupação com a precisão das medidas *in loco*, demandava a repetição e a aferição contínua dos cálculos realizados.

Quando atentamos à composição do corpo de engenheiros em Portugal na primeira metade dos Setecentos, é possível destacar que o programa de formação nas Academias Militares era composto por uma série de disciplinas físico-matemáticas, arquitetônicas e cartográficas. Na primeira década do século XVIII, o programa básico da Academia Militar da Corte arquitetado por Azevedo Fortes, de acordo com Beatriz Bueno, configurava-se de tal modo (BUENO:2001, pp.147):

1	Aritmética.
2	Geometria Prática (Longimetria – medida das distâncias acessíveis; Planimetria – medida de áreas; Estereometria – medida dos corpos sólidos; e, Trigonometria – medida das distâncias inacessíveis por triangulação).

3	Os elementos de Euclides (ao menos o seis primitivos livros).
4	Perspectiva
5	Arquitetura (não só militar, mas também civil).
6	Uso dos instrumentos geométricos.
7	Doutrina dos triângulos retilíneos e cálculo das tabuadas dos senos ou dos logarítmicos.
8	Tirar toda a sorte de <i>plantas</i> – icnográficas, ortográficas e cenográficas.
9	Reduzir as plantas de grandes a pequenas e vice-versa; e, no desenho, acompanhá-las da configuração do terreno.
10	Gnomônica e geografia – para tirar a carta de um país.
11	Mecânica e Hidráulica – para a condução das águas, inclusive para a drenagem de lugares alagadiços.
12	Fortificação – projetos de Praças regulares e irregulares.
13	Artilharia.
14	Elaboração da planta, elevação e perspectiva de uma praça, palácio ou edifício particular, com a correspondente listagem dos materiais e ornatos necessários.
15	Qualidade dos diferentes materiais construtivos: pedra, madeira, cal, terra.

Trazendo essa discussão para o contexto da execução do Tratado de Madrid, o valor que a obra de Fortes adquiriu em Portugal pode ser determinado pela sua inserção nas listas<sup>8</sup> de livros enviadas às Comissões de demarcação que foram enviadas à América Meridional e Setentrional. Igualmente, sua intervenção no projeto de formação dos engenheiros militares visava reestruturar a engenharia portuguesa utilizando por molde o currículo francês, onde os métodos eram de suma importância para o reconhecimento desta ciência, tanto no continente, quanto no ultramar.

### “Notta dos papéis que vão no masso...”: um episódio da construção do da fronteira

<sup>8</sup> Para ver a lista completa dos livros e outros itens enviados, ver: Lista dos livros que se remetem p.a servirem aos Engenheiros das tres Companhias em 4 caixas: n° 129 - 130 - 131 - e 132. IN: BOBADELA, Gomes Freire de Andrade, conde de. *Diario da partida do Ilmo. o Ex.mo Gomes Freire de Andrade por Comissario de Sua Magestade na divisão da América Meridional em decreto de fevereiro de 1752*. 2.doc. 19 f. Localização: FBN, Manuscritos, mss I 28, 28, 018.

brasileira.

*O mais competente não discute, domina a sua ciência e cala-se.*

Voltaire

O escopo de nosso artigo é a análise do códice *Notta dos papeis, q vão no masso junto, feito pelo Coronel de Blasco... em resposta ás questoens novam.te sucitadas do S.nr Marquêz de ValdeLirios, e seus geographos, a respeito da Demarcação da Primr.<sup>a</sup> Partida, no acto de continuála neste anno de 1758*<sup>9</sup>, o qual apresenta a seguinte problemática: a substituição do nome do rio Ibicuy por Jaguari Guaçu no mapa confeccionado pela parte espanhola da demarcação responsável pelo trecho que designava o Ibicuí um dos rios que seriam usados como limites entre as posses das duas coroas.

Dentre uma série de documentos referentes à execução *in loco* do Tratado de Madrid , o que, de fato, nos surpreende em *Notta dos papeis que vão no masso* [...], é a abordagem do coronel engenheiro Miguel Ângelo Blasco<sup>10</sup> ao, com toda perícia, refutar os argumentos do engenheiro espanhol D. Francisco Millau Maraval. De acordo com Blasco, a alteração do posicionamento de um rio já conhecido pela Geografia, o qual estaria totalmente em desacordo com as próprias ordens régias, além de divergir do Tratado acordado em Madrid em 1750. Dentre outras coisas, o engenheiro utiliza como referencial, uma série de Instruções enviadas pelos ministros dos plenipotenciários, pelo Comissário Principal, o governador do Rio de Janeiro, Gomes Freire de Andrada, e, pelo Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e Guerra, Sebastião José de Carvalho e Melo<sup>11</sup>.

<sup>9</sup> Este documento também encontra-se disponível no acervo digital da Biblioteca Nacional sob a identificação: cart1095063.

<sup>10</sup> Miguel Ângelo Blasco, engenheiro italiano, nasceu em Gênova, na Itália, por volta de 1710. Não há informações sobre a sua formação, mas sabe-se que foi contratado por volta de 1749 - 50 pela coroa portuguesa, recebendo o cargo de Coronel de infantaria com exercício de engenheiro. Sua função seria trabalhar nas comissões de demarcação de limites que seriam enviadas à América Meridional, organizadas em decorrência do Tratado de Madrid de janeiro de 1750. Blasco atuou nas demarcações como Primeiro Comissário da Primeira Partida, juntamente com os engenheiros José Fernandes Pinto Alpoim e José Custódio de Sá e Faria, respectivamente Primeiros Comissários da Segunda e da Terceira partida.

<sup>11</sup> A designação do trajeto percorrido pelas comissões demarcatórias estava descrita no texto do Tratado. Aqui destacamos que a parte referente à atuação de Blasco e Maraval, onde o trajeto é estabelecido pelos artigos IV e V do Tratado de Madrid: “*Os confins do domínio das duas Monarquias, principiarão na barra, que forma na costa do mar o regato, que sai ao pé do monte de Castilhos Grande, de cuja fralda continuará a fronteira, buscando em linha reta o mais alto, ou cumes dos montes, cujas vertentes descem por uma parte*”

Cabe aqui apresentar o protagonista de nossa contenda: Miguel Ângelo Blasco é o engenheiro com prática de geógrafo<sup>12</sup>, responsável pela parte portuguesa nesta disputa. Blasco italiano nascido em Gênova, foi contratado como Coronel engenheiro com prática de geógrafo para trabalhar nas demarcações das partidas da América Meridional decorrentes do Tratado de Madrid. Blasco ao ser efetivado como Coronel de infantaria em 1750 pela coroa portuguesa, foi redirecionado para liderar as demarcações da Primeira Partida portuguesa, como Primeiro Comissário da Primeira Partida<sup>13</sup>. Este era um cargo de destacada importância, pois os Primeiros Comissários eram responsáveis por acordarem ao final de cada dia, os dados que seriam transpostos para os Diários das Partidas, em conformação com o lado espanhol – para que não houvesse divergência entre o que fosse enviado às coroas.

Em consulta à documentação existente no Arquivo Histórico Ultramarino – ofícios –, o trabalho e a conduta de Blasco são frequentemente elogiados, principalmente sua destreza nos levantamentos e nos desenhos de planos geográficos e prospectos (*vistas*). Como é visto no *OFÍCIO do [1º comissário da Demarcação dos Limites da América Meridional], Gomes Freire de Andrade, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Diogo de Mendonça Corte Real, dando conta da evolução das demarcações, com a colocação de três marcos, a expedição da 1ª Partida [...]: Miguel Ângelo Blasco era considerado como um “excelente oficial” e que “mais e mais tem dado provas naó só da grande Capacidade, e sciencia Geographica, mas de hum zello, e actividade mui particular, e louvavel:[ ...], na puzitura dos tres Marcos, e nas soluçoens Geometricaz.”*<sup>14</sup>. Por conseguinte, é possível inferir que os

---

*para a costa, que corre ao norte do dito regato, ou para a lagoa Mirim, ou del Meni; e pela outra para a costa, que corre do dito regato ao sul, ou para o rio da Prata; de sorte que os cumes dos montes sirvam de raia do domínio das duas coroas: e assim continuará a fronteira até encontrar a origem principal, e cabeceiras do rio Negro; e por cima deles continuará até a origem principal do rio Ibicuí, prosseguindo pelo álveo deste rio abaixo, até onde desemboca na margem oriental do Uruguai, ficando de Portugal todas as vertentes, que baixam à dita lagoa, ou ao rio Grande de S. Pedro; e de Espanha, as que baixam aos rios que vão unir-se com o da Prata.”*

<sup>12</sup> O conceito de “geógrafo” no século XVIII era completamente diferente do que entendemos por geógrafo atualmente. A função de geógrafo era entendida como a de cosmógrafo, cartógrafo. Para isso, ver os Regimentos do Cosmógrafo mor em Portugal.

<sup>13</sup> Partidas seriam tropas, equipes, ou seja, um contingente de pessoas designadas a trabalharem em conjunto realizando atividades relativas, neste caso, às demarcações de limites da América Meridional.

<sup>14</sup> Citações retiradas do AHU-ACL-CU- 059, Cx.1, D. 17. *OFÍCIO do [1º comissário da Demarcação dos Limites da América Meridional], Gomes Freire de Andrade, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Diogo de Mendonça Corte Real, dando conta da evolução das demarcações, com a colocação de três marcos, a expedição da 1ª Partida, os preparativos para a deslocação da Nova Colônia do Sacramento para os Sete Povos das Missões e sobre a capacidade militar dos oficiais estrangeiros. Anexo: cópia do diário e relação da*

primeiros trabalhos de Blasco na América Meridional são do início da década de 50 do século XVIII, durante os trabalhos de demarcação e colocação dos marcos da Primeira Partida.

No ofício supracitado, encontramos o elo que nos proporciona deprender melhor a situação da disputa: Blasco foi responsável pelos trabalhos de geografia e cartografia da continuação dos trabalhos desta até o ano de 1760, pois foram interrompidos durante aproximadamente 6 anos devido à ocorrência da Guerra Guaranítica, ou seja, a guerra foi o maior obstáculo encontrado pelos demarcadores no período que passaram na América Meridional. Além disso, a resistência dos indígenas das Missões perante a remoção acordada pelos monarcas ibéricos atrasou em muito os trabalhos demarcatórios e, de acordo com Blasco, o que, por sua vez, desencadeou esta contenda sobre o rio Ibicuí. Mais empecilhos do que se esperavam foram encontrados e estender a disputa sobre a localização de um rio, somente atrasaria mais a finalização deste processo demarcatório.

Pelo lado espanhol, o responsável pela geografia e da cartografia foi D. Francisco Millau Maraval. De acordo com as cartas trocadas entre Blasco e Maraval, este geógrafo também parece possuir um amplo conhecimento de geografia, cosmografia e cartografia. Não se encontrou muito sobre sua formação, mas sabe-se que ele possuía excelente conhecimento da produção cartográfica referente ao território meridional das possessões ibéricas. Pode-se inferir que sua formação era de característica militar, semelhante à de Blasco, e que ambos possuíam igualmente acesso a cartas, livros e diários de outras partidas. Neste sentido, vale ressaltar que mesmo utilizando as mesmas fontes e dados para a compilação das cartas geográficas de cada Partida, os dois mapas resultantes estavam divergentes em alguns pontos.

É possível até mesmo dizer que, devido à proporção que tomou essa divergência foi devido à mobilidade efetiva desta mudança na localidade do rio Ibicuí. A linha fronteira seria deslocada algumas léguas, pondo em cheque a extensão dos domínios de ambas as coroas, gerando um conflito de interesses sobre aquela região e questionando até mesmo a capacidade dos geógrafos e astrônomos contratados para realizar a continuação e conclusão da demarcação da Primeira Partida.

Para Blasco, não fazia sentido essa alteração presente no mapa do Marquês, pois até então “não havia no mundo noticia de algum outro Ibicuy, se não aquele que mandarão os

---

tropa da 1ª Partida, 15 de Fevereiro de 1753.

Soberanos Contratantes a demarcar” e que, o mesmo se observaria em qualquer outro mapa impresso já publicado, tanto *antigo* quanto *moderno*. Para exemplificar seu argumento, o coronel cita o mapa da Companhia de Jesus feito em 1732 – *Paraguariae Provinciae Soc. Iesu...* –, o qual seria uma fonte fidedigna e confiável sobre a geografia da América Meridional.<sup>15</sup> Segundo ele, este mapa do Marquês é pretensioso ao ponto de pretender desmentir “todas as cartas Geographicas até agora [1758] feitas”, mas que, no entanto, não se fundamenta por si só, pois se opõe aos mapas feitos anteriormente, inclusive o mapa remetido das cortes contratantes; aos relatos dos Padres e índios que por aquela região passaram; e, também a todos os “Profeçores que trabalharam na Geographia desta America”.<sup>16</sup>

Observa-se aqui o valor dado por Blasco ao conhecimento local dos práticos indígenas. Ele se fia nos saberes que estes *indios praticos* possuíam daquela região, pois, de maneira semelhante, os padres da Companhia de Jesus também se utilizavam dos conhecimentos desses índios para adentrar pelo território, reconhecê-lo e cartografá-lo.<sup>17</sup>

A idéia de Blasco era questionar quatro aspectos presentes no mapa e nos argumentos de D. Francisco Millau, dentre eles, o surgimento do “novo aparecido Ibicuí mini” que para ele, era conhecido como braço do Toropi. Além dessa crítica, ele também colocava outros pontos em questão: primeiro, “o querer trocar o nome ao Ybicuy seu velho antigo conhecido”; segundo, “baptizar por Ybicuy o braço do Toropi, novam.<sup>te</sup> descoberto na Serra do Mato Groço”; terceiro “entender, q a cabeceira a mais recta, com q se manda attar a demarcação feita, seja a que cabe recta no alveo do seu Rio, e nao ao ponto da Linha Divizoria, com a qual deve pegar”; e, por último, “o querer demarcar de baixo á cima, e não de cima abaixo, como o mencionado Artigo quer, que se fassa”.<sup>18</sup>

Logo em seguida, Blasco afirma que a alteração no nome do rio era considerado um *erro* e um desrespeito às regras estabelecidas no senso comum da geografia de seu tempo. Desta forma, a mudança suscitada por parte dos geógrafos do Marquês era considerada

<sup>15</sup> O título original desde Mapa é “Paraguariae Provinciae Soc. Jesu cum adiacentib.g novissima descriptio post iterata peregrinationes, & plures observationes Patrum Missionariorum eiusdem Soc. Tum huius Provinciae, cum & Peruanae acuratissime delineata, & emendata Ann. 1732.”. O mapa foi feito em Roma por Giovanni Petroschi (1715-66) e é dedicado a Francisco Retz (1673-1750), Diretor Geral da Companhia de Jesus. Encontra-se digitalizado no arquivo digital da Biblioteca Digital Mundial: <http://www.wdl.org/pt/item/2581/zoom/>

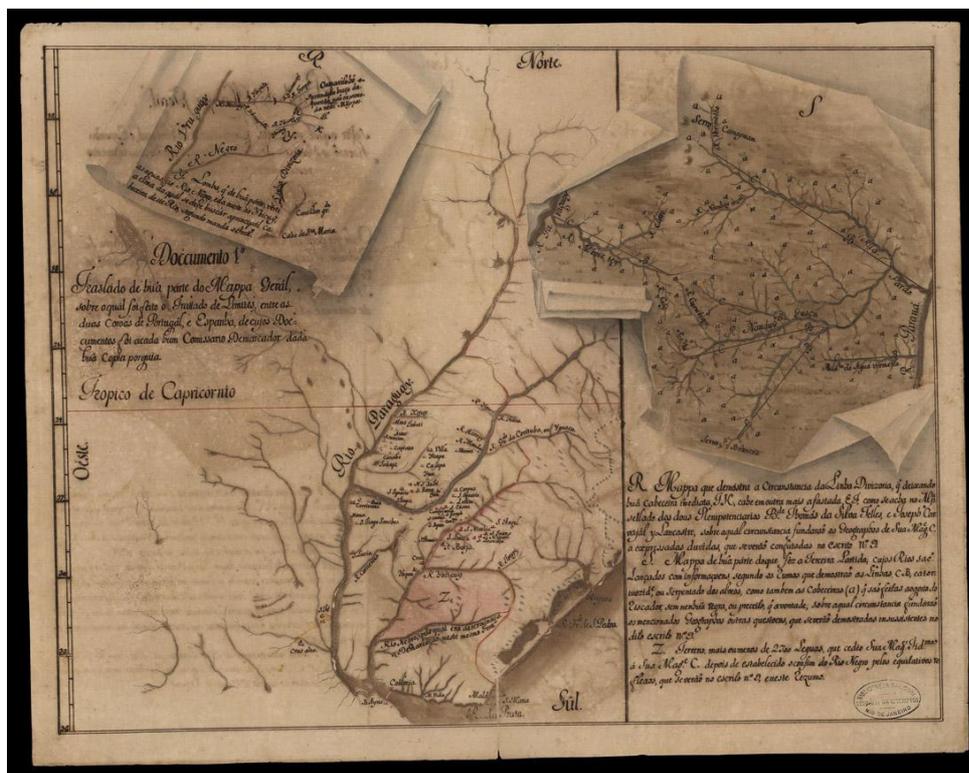
<sup>16</sup> BLASCO, M.A. *Notta dos papeis, q vão no masso junto, feito pelo Coronel de Blasco...*. Doc. n° 1, p.3

<sup>17</sup> Idem. Doc. n° 1, p. 2 e 3.

<sup>18</sup> Idem. Doc. n° 5, p. 3.

descabida. Por este motivo, Blasco defende que esta contenda é capaz de gerar possíveis repercussões, não só no desvio do traçado da fronteira, mas também nas academias e centros de estudos geográficos: “Se esta mudança se publicasse, q admirazoens se não farião em todas as Academias, e Mundo Geographico, contra os Inventores desta não esperada novidade?”<sup>19</sup> Para Blasco, não se podia simplesmente alterar com tanta discrepância a localização do Ibicuí e, segundo ele, “nada implica que a linha Divizoria não seja aquela nottada no sobredito Mappa” (referindo-se ao Mapa das Cortes); e complementa

“os sobreditos Monarchas derão as suas Reaes Instruçoens sobre o dito Ibicuy, que como se tem dito he o único, que tem reconhecido o mundo até agora, entre cujas cabeceiras se manda escolher a principal; o que exclui não somente qualquer Rio, más muitos, e muitos outros Ibicuys quando o houvesse”.<sup>20</sup>



Mapa 1:  
Traslado de  
hũa parte  
do Mappa  
Geral sobre  
o qual foi  
feito o  
Tratado de  
Limites  
entre as  
duas coroas  
de Portugal  
e Espanha,  
de cujos  
documento  
se foi cada

hum Commissario Demarcador dada hũa copia por guia.

Deve-se ressaltar aqui, que Blasco procurou demonstrar que se preocupara com a exatidão dos mapas, defendendo que por mais recentes que esses o fossem, era extremamente necessário “averiguar [continuamente] pela mayor perfeição delles”. No entanto, para que

<sup>19</sup> Idem. Doc. n° 5, p. 5.

<sup>20</sup> Idem. Doc. n° 1, p. 4

isso ocorra, tornava-se indispensável o envio de homens a campo, principalmente por que o aprimoramento cartográfico somente é alcançado por um trabalho “q’s se faz demarcando”. Logo, por sua vez, nada justifica a alteração da linha divisória no mapa de Maraval, dado que o processo demarcatório e a coleta dos dados astronômicos e topográficos aconteceu em conjunto.<sup>21</sup>

Notamos aqui, que Blasco, ao exaltar o conhecimento do “mundo geográfico” e das “Academias”, está equiparando seu saber ao produzido nestas instituições. A intelectualidade presente em seu discurso, exprime uma capacidade de articulação que poucos engenheiros da época demonstrariam. Muito disto, deve-se talvez a sua formação enquanto engenheiro, ter ocorrido na Itália – berço do pensamento científico.

Ao cotejarmos com as descrições dos trajetos que constam nos diários<sup>22</sup> das Partidas de Limites, percebemos que a região em questão nesta disputa ainda era realmente muito pouco conhecida e explorada, posto que as referências se encontram confusas sobre a exploração do rio Ibicuí devido à dificuldade no quesito navegabilidade no período em que os demarcadores realizaram a incursão por seu veio principal. No momento em que Blasco refere-se a este rio em sua argumentação, este procura em grande parte do tempo, um embasamento no supracitado mapa feito pelos padres jesuítas em 1732, onde também há destacado um rio nomeado por “novo descoberto Ybicuy”.

É assim, que em 1760, Miguel Ângelo Blasco consegue com muito esforço intelectual desconstruir e ratificar o mapa e o argumento de D. Francisco Millau Maraval; e, conseqüentemente, as capciosas pretensões espanholas de adquirir terras à leste do rio Uruguai.

### Considerações Finais

<sup>21</sup> BLASCO, M.A. *Notta dos papeis, q vão no masso junto, feito pelo Coronel de Blasco...*, Doc. n° 1, p.3, 4 e 5.

<sup>22</sup> DIÁRIO da demarcação de limites que por ordem de Suas Majestades católicas fizeram a segunda partida unidas. [S.l], 1759. 140 p. Original Manuscrito. FBN.

Após essa breve apresentação das questões que se apresentam no decorrer dos acontecimentos que tecem a documentação, cabe agora, problematizá-los. Temos aqui, duas conjunturas diferentes: a política e diplomática que se encontra situada em Portugal – e que é a última instância decisória –, e a conjuntura científica, que se desenvolveu na América Meridional, durante as demarcações de limites. Na primeira conjuntura, o interesse era de que o acordo estabelecido em 1750 fosse cumprido conforme as disposições definidas, inclusive a de preservar os nomes dos rios por estes serem parâmetros de localização. Contudo, por detrás deste interesse primário, havia também a vontade de superar os espanhóis, mesmo que com uma argumentação construída por um engenheiro italiano que se encontrava, na ocasião, a serviço de Portugal. Já do outro lado desta estrutura, temos os *homens de saber* trabalhando *in loco*, definindo medidas, valores, trajetos e fixando o novo traçado da fronteira que separa as posses americanas, com enfoque na região da Bacia do Prata. As perspectivas, apesar dos diferentes momentos e ambientes, ao invés de se chocarem, complementam-se na elaboração de um discurso político-científico de caráter legitimante da soberania portuguesa.

Nesta análise, ora cartográfica ora política, encontramos insumos para vislumbrar uma tópica relativamente comum no discurso português no século XVIII: a culminância de pretensões geopolíticas definidas por acordos e tratados que exprimiam uma perspectiva expansionista que perdurou mesmo após a transição régia de D. João V para D. José I. Assim, há uma continuidade de investimentos para a manutenção do estuário platino, o qual adquirira maior importância após a efervescência de interesses que começaram a surgir com a sessão da Colônia do Sacramento pela região dos Sete Povos das Missões<sup>23</sup>.

O Brasil era um mosaico de ecossistemas, tanto naturais quando humanos (culturais). O Novo Mundo, foi “novo” durante mais de três séculos. Descobria-se e redescobria-se à medida que adentrava-se pelo território em direção ao Oeste. O conhecimento nativo foi de destacada importância para o esquadramento desse território que vivia em um constante processo de expansão. A contribuição desse conhecimento nativo pode ser amplamente observada na produção cartográfica, na toponímia e na imensa quantidade de relatos escritos sobre o território brasileiro.

---

<sup>23</sup> Para o aprofundamento da discussão sobre essa temática ver Jaime Cortesão, *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid*, Tomo II, que trata do recorte entre 1735 e 1753.

Toda fronteira na época moderna é uma linha provisória, instável, móvel, está inserida num eterno progresso. Frank Lestringant, em *A oficina do Cosmógrafo*, exemplifica com clareza a situação desses sertões misteriosos e enigmáticos, onde *as profundezas da América do Norte ou da África escapam durante muito tempo a ampliação do olhar e à extensão crescente dos fluxos da economia-mundo. O universo, teoricamente completo, permanece maleável.*<sup>24</sup>

Esta afirmativa nos levou a questionamentos sobre a vinculação entre o interesse pela representação cartográfica a nível local e as descobertas das potencialidades econômicas dos territórios. É este potencial econômico que estimula as Monarquias a fomentarem a produção cartográfica dessas entranhas do sertões, a fim de legitimar-se a soberania sobre esses espaços até então indefinidos. A própria circulação de conhecimento sobre a hidrografia da bacia do Prata possibilitava essa apreensão do ambiente e de seus potenciais, e, conseqüentemente, o avanço da fronteira. Nesse contexto, dois elementos foram importantes para a formação da fronteira americana: a vastidão do território e as tensões com as tribos indígenas, que embora gerassem contínuos obstáculos, adiando o desenrolar das demarcações, foram, sobretudo, fatores serviram de aporte para a composição política e diplomática das coroas ibéricas ao longo dos setecentos. Assim, o esquadramento desse espaço é diretamente relacionado aos interesses político- econômicos das monarquias europeias.

Do ponto de vista cartográfico, podemos considerar que é em meados do século XVIII, que deixa de vigorar uma percepção geográfica, ainda vinculada a antiga concepção de mundo que existia nos séculos XV a XVII. A arte de escrever o mundo em gabinetes de curiosidades, Academias de ciências e centros de estudos, inundada por um pensamento ilustrado, faz com que descrever o mundo *in loco*, seja uma experiência empírica considerada como primeiro passo para a formação de uma concepção mais próxima do real. Deste modo, não concordamos com uma problemática do campo da história da ciência, que constitui a noção de que é preciso ser cientista para entender um determinado tipo de linguagem científica. Podemos perceber os aspectos técnicos e instrumentais da ciência cartográfica, assim como das práticas astronômicas e de engenharia, cotejando a leitura das fontes e dos livros e manuais compostos com o intuito de instruir leigos – consideremos aqui marinheiros – e recém ingressantes nas Academias militares. Logo, quando nos deparamos com um mapa

---

<sup>24</sup> LESTRINGANT, F. *A Oficina do Cosmógrafo...*, pp.28.

setecentista produzido por homens formados nesse contexto político-científico, podemos concluir que ele não é somente um instrumento de localização geográfica mas é, principalmente instrumento de construção de memória, é em si, um objeto de memória. Portanto, há a construção de um discurso geográfico por meio de uma representação reticular e geométrica, dissimuladas nos recuos do relevo, criando uma visualização local, e, por consequência, do global .

É possível afirmar que a disputa científica cria alicerces para garantir a compreensão da historicidade a partir do amálgama de influências culturais, científicas, políticas e econômicas que conferiram no século XVIII, a possibilidade da construção de uma cultura científica própria de Portugal. Nesse contexto, as academias, aulas e gabinetes eram refúgios de um saber que, embora restrito à certos extratos da sociedade, atingiam na vida cotidiana dos demais em alguma medida. A engenharia militar que permitiu a manutenção da fronteira americana por Blasco no episódio do rio Ibicuí, é, portanto, resultado da soma de uma pluralidade de saberes – matemáticos, astronômicos, cartográficos –, como se pode observar na grade de disciplinas da Academia Militar, tão bem apontada por Beatriz Bueno. A engenharia setecentista, mesmo com os empecilhos da época conseguiu feitos grandiosos, por ser um saber plural, voltado para a formação de homens que atuariam numa esfera pública, que ia da construção de simples casas à demarcação de fronteiras no ultramar.

Em suma, podemos concluir, concordando com uma belíssima frase de um pintor de Amsterdã em 1663: “A geografia [é] o olho e a luz da história [...] os mapas nos permitem contemplar em casa, e bem distante dos nossos olhos, coisas que estão extremamente distantes”<sup>25</sup>. Foi assim que em 1758, se pôde contemplar o desenho do relevo e da bacia hidrográfica do Prata na viagem de demarcação realizada pelos comissários de limites na execução do Tratado de Madrid de 1750.

---

<sup>25</sup> Johan Blaeu, *Le Grand Atlas*, Amsterdã, 1663. Introdução, pp. 1-3.

## Referências Bibliográficas

### Fontes Primárias

BLASCO, Miguel Ângelo (e outros). *Notta dos papeis, q vão no masso junto, feito pelo Coronel de Blasco... em resposta ás questoens novam.te sucitadas do S.nr Marquêz de ValdeLirios, e seus geographos, a respeito da Demarcação da Primr.ª Partida, no acto de continuála neste anno de 1758.* 58 f. 4 mapas col. 49 cm. 1758. (FBN, mss I - 28,24,014)

FORTES, Manoel de Azevedo. *O Engenheiro Portuguez.* Lisboa : Of. Manoel Fernandes da Costa, 1728-1729. 2 v.

OFÍCIO do [1º comissário da Demarcação dos Limites da América Meridional], Gomes Freire de Andrade, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Diogo de Mendonça Corte Real, dando conta da evolução das demarcações, com a colocação de três marcos, a expedição da 1ª Partida, os preparativos para a deslocação da Nova Colônia do Sacramento para os Sete Povos das Missões e sobre a capacidade militar dos oficiais estrangeiros. Anexo: cópia do diário e relação da tropa da 1ª Partida, 15 de Fevereiro de 1753. (AHU-ACL-CU- 059, Cx.1, D. 17.)

### Fontes Impressas

BOXER, Charles R. *O Império Colonial Português.* Lisboa: Edições 70, 1969.

BOURDIEU, Pierre. *A Produção da Crença: contribuição para uma economia dos bens simbólicos.* São Paulo: Editora Zouk, 2002.

BUENO, Beatriz Picolotto Siqueira. *Desenho e Desígnio: O Brasil dos Engenheiros Militares. (1500-1822).* Tese de Doutorado em Arquitetura e Urbanismo. FAU-USP. São Paulo, 2001.

\_\_\_\_\_. *Desenho e Desígnio: O Brasil dos Engenheiros Militares (1500-1822).* São Paulo: EDUSP, 2012.

\_\_\_\_\_. Decifrando Mapas: sobre o conceito de “território” e suas vinculações com a cartografia. In: *Anais do Museu Paulista.* São Paulo. N. Sér. v.12. p. 193-234. jan./dez. 2004.

CARVALHO, Rômulo. *A Astronomia em Portugal no Século XVIII.* Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa. Ministério da Educação. Biblioteca Breve: Série Pensamento e Ciência. 1985.

CORTESÃO, Jaime. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid.* São Paulo: Imprensa Oficial / Fundação Alexandre de Gusmão, 2006.

FURTADO, Júnia Ferreira. Guerra, diplomacia e mapas: a Guerra da Sucessão Espanhola, o Tratado de Utrecht e a América portuguesa na cartografia de D’Anville. *Topoi*, v. 12, n. 23, jul.-dez. 2011, pp. 66-83.

KANTOR, Iris. Cartografia e diplomacia: usos geopolíticos da informação toponímica (1750-1850).

# XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH  
BRASIL

In: *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. N. Ser. v. 17. n.2. p. 39-61. Jul/Dez. 2009.

LESTRINGANT, Frank. *A Oficina do Cosmógrafo ou a Imagem do Mundo no Renascimento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

MORAES, Antonio Carlos Robert. *Território e História no Brasil*. São Paulo: Annablume, 2008.

\_\_\_\_\_. Bases da formação territorial do Brasil. IN: *Revista Geografares*. Vitória, n.2, Jun/2001. p. 105-113.

MOURA, Carlos Francisco. *Astronomia na Amazônia no séc. XVIII (Tratado de Madrid): Os astrônomos Szentmártonyi e Brunelli – instrumentos astronômicos e livros científicos*. Rio de Janeiro: Real Gabinete Português de Leitura, 2008.